

O DIA E A NOITE DOS LIVROS, ENTRE NÓS

João de Melo

A 23 de Abril de cada ano, dia do Livro e de Sant Jordi, patrono da Catalunha, todos os caminhos vão dar a Barcelona. Os livros saem à rua, trazidos pelos livreiros e pelos editores. Desfilam à proa de grandes medas, escoradas umas pelas outras, sobre bancas e mesas improvisadas, ao longo do passeio público da grande Rambla. Bibliotecas, escolas e outras instituições de cultura abrem as portas às contínuas multidões que deslizam, em festa, ao som da música “callejera”, de vozes que cantam e de outras que apregoam os comércios de tudo o que se compra e se vende nos dias quotidianos de Barcelona. Há uma espécie de bramido de mar e vento marítimo na confusão desses rumores. Aqui e além, espreita-se um recital de poesia à porta de uma livraria de bairro; mais à frente, dá-se passagem a figuras alegóricas da literatura que desfilam pelo *paseo* central da Rambla, nunca faltando um Quixote, um Sancho Pança entre várias outras personagens do imaginário literário espanhol. Assiste-se, assim, a uma espécie de ressurreição de uma gente que mora nas páginas dos livros. E encenam-se episódios da vida diária que o povo reconhece ou identifica a partir das suas leituras. É sobretudo nas Ramblas que se concentram essas figuras de carne e osso dos livros, mas não só. Aí estão poetas e escritores a autografar as obras, a receber mãos generosas e beijos felizes e a polir o ego com elogios escutados ao ouvido. Faz parte da tradição e da liturgia social que as damas ofereçam livros aos cavalheiros, e que estes lhes retribuam com rosas. As rosas e os livros de Sant Jordi.

Trata-se de uma das festas mais belas de Espanha (celebrada em todo o país, com graus de incidência variáveis), porque vibra no ar uma alegria, um orgulho pessoal e universal acerca da literatura que exalta a vida, o género humano, o privilégio da palavra e da língua.

Também a cidade de Madrid comemora o seu dia do Livro, ainda que de forma talvez menos exuberante ou mais fleumática. O Circulo de Bellas Artes - fundação

societária e que promove, com grande desenvoltura de âmbito e de meios, as Artes e as Letras - instituiu a solenidade de uma leitura integral, contínua, ao longo de umas cinquenta horas, do “Don Quijote de la Mancha”. Tem início na tarde do dia 23 e fim quando se chega à última palavra do texto: “Vale”. Desfilam, primeiro, as gradas figuras (a começar pelo poeta ou escritor a quem nesse mesmo dia tenham atribuído o Prémio Cervantes), tais como: o presidente do Governo, os ministros da Cultura e da Educação, o *alcalde* da capital, deputados de todos os partidos e outros políticos, a que se seguem convidados especiais, vindos de todos os sectores e modos de vida. Depois deles, é a vez de o povo, dito anónimo, engrossar a fila, desde a rua até ao salão nobre, aí esperando a ocasião de ler o seu fragmento da obra. A leitura não se faz só em castelhano, mas em qualquer uma das línguas oficiais de Espanha (dependendo apenas da emergência dos seus falantes na fila de espera). Afluem leitores de línguas estrangeiras, convidados ou espontâneos, entre embaixadores, personalidades notadas, agentes e agregados culturais das missões diplomáticas. Chegam, dizem em que língua pretendem ler o seu parágrafo do “Quijote” e a tradução aparece logo, como por milagre da mais universal obra da literatura espanhola, com o livro já aberto na página e no parágrafo seguintes. Foi o meu caso, durante os bons anos de Madrid, em que pude ler, em versão portuguesa e aos ouvidos da velha Castela, a obra-prima de Miguel de Cervantes. Nunca escasseia gente para ler, mesmo às três e às cinco da madrugada, pois há sempre uma abençoada Madrid que não dorme, nunca dorme, por detrás da noite e do sono da cidade que recolhe a casa e à cama.

Foi em resposta ou em contraponto à festa de Barcelona que o governo de Madrid instituiu, a partir de 2006, o que designou por “La noche de los libros”. Nada de muito evidente em termos mediáticos, e sobretudo menos multitudinário: não existe o comércio de flores e de pássaros nas gaiolas das Ramblas de Barcelona, nem o alvoroço da festa nas ruas cheias de gente; e nada é tão diurno como ela, não existindo o tal desfile popular com rosas ou livros na mão, nem escritores e poetas sentados à sombra e ao abrigo de tendas, a autografar. Em contrapartida, sobram

músicos, actores e malabaristas pelas esquinas, e diante das esplanadas se o tempo o permite. A noite enche bares e teatros de leituras lineares ou mais ou menos encenadas. Permanecem abertas, até ao virar da folha do calendário, inúmeras livrarias, bibliotecas públicas, centros culturais de países europeus e latino-americanos. Aí, sim, vêem-se os autores à leitura e à conversa com os ouvintes da poesia e da prosa. Pratica-se o multilinguismo literário, a mesa-redonda, os debates, as conferências temáticas formais, o diálogo espontâneo, a bela festa do Livro e dos leitores de Madrid.

*

Já por aqui se vê a que distância estamos nós, portugueses, do esplendor e da festa do Livro, no seu dia anual. Não me considero apocalíptico nem tremendista, nem pregoeiro de catástrofes nas minhas análises e posições acerca de hábitos, usos, liturgias, políticas públicas e métodos de ensino da literatura e de educação para a leitura, entre nós, em Portugal. Pelo contrário, vejo sempre, em tudo o que nos diz respeito, um verso e um reverso, um lado sol e um lado sombra, um eléctrodo positivo e outro negativo, sem maniqueísmos, na nossa relação com o Livro. Vejamos, pois, através da óptica ou desta metáfora noite/dia, algumas das evidências da nossa postura nacional e social em relação ao Livro. O lado diurno reside tanto na boa saúde da nossa literatura, como no coração de um sistema que é feito por gente e para gente, através de uma rede de bibliotecas públicas que, contra ventos e marés, ergue alto o gesto e a devoção de quem lê e de quem escreve, por vezes com um dinamismo, diria, quase apostólico. Em parte, é sobre esse mesmo devocionário que assentam a normalidade do culto e a mitologia do Livro, entre nós. Tive sempre bons os motivos para acreditar nas nossas bibliotecas públicas, ao longo dos encontros que nelas animei, a convite e por generosidade de quem as dirige. Percorri o país de cima a baixo, em sessões que tiveram lugar tanto nas bibliotecas como nas escolas.

Ainda em termos da tal metáfora do dia sobre o livro, tive o privilégio de conhecer livreiros e livrarias modelares, programas e pessoas que nos aceitam e encorajam e

nos agradecem um conto, um poema, um romance, o texto de um livro que passou a ser delas, desde que o leram e amaram. Dialoguei com docentes vocacionados, ao leme de uma fé na leitura que passava palavra aos aprendizes do mundo e do seu conhecimento através da literatura. Louvo-me no olhar e no sorriso das pessoas que parecem sofrer de um sentido de urgência na sua afirmação de leitores, crentes no presente e no futuro dos livros. Não posso nem devo esquecer as pequenas e atrevidas editoras, que caminham sobre o risco, de pedra em pedra, na travessia do rio e da corrente – pela mão dos seus modestos autores, com o bom gosto e o amor à verdade profunda do Livro. Temos um Plano Nacional do Livro, que faz parte de uma aposta no incremento da leitura e na conquista de novos leitores. Além dos livros obrigatórios no ensino, temos um conjunto de obras recomendadas à leitura dos jovens de todas as idades e níveis de escolaridade. Confesso o meu júbilo, sempre que vejo uma pessoa de livro na mão num transporte público, numa sala de espera, num intervalo à hora do almoço. São cada vez mais raros esses leitores, eu sei. Mas fazem parte do reverso do que tenho vindo a dizer. Falei do lado diurno do livro; devo referir-me agora ao seu contrário, isto é, à noite do livro entre nós.

Começo pela crise. Sabemos, de experiência certa, que o livro e as chamadas indústrias culturais são as primeiras vítimas das chamadas crises sistémicas. A crise mobiliza à sua volta toda a atenção da política, mas esta nem por isso se ocupa da salvação da cultura como dever e direito de cidadania; prefere sacrificá-la à linguagem dos números e à desorçamentação. O pior, no entanto, é que parecem existir sinais de conformismo (ou de conformidade) por parte de quem não devia renunciar às suas ideias, nem pôr de parte os trabalhos e os dias da imaginação, para inventar meios, lugares, protagonismos que importem ao bem comum e à dessacralização da cultura literária. Fomentar atitudes de convergência para o Livro, alargar públicos, dar voz e trabalho a quem entrega a vida às causas da cultura, não parece compaginável com atitudes redutoras nem com o marasmo, nem com uma rendição sem glória aos ditames e decisões semanais do conselho de ministros. O Livro é tão frágil como o Teatro, o Cinema, a Música e as Artes em

geral. Mas a sua crise é sempre mais visível, mais agónica, menos aceitável. A quebra drástica da leitura induz à diminuição de edições, à redução das tiragens, à carestia do livro e ao fecho de livrarias – num espectro de constrangimentos e desertificações que veio do interior para o litoral, rural e urbano.

Temos problemas de ordem prática a resolver. Um deles é de natureza conceptual: os livros infantis e infanto-juvenis são um êxito normal e corrente de livraria; mas trata-se de um elo que se quebra ante o abandono adolescente e adulto dos antigos leitores, que trocam o livro por outros interesses. Uma vaga de errâncias e derivas por novas descobertas de afirmação e de prazer (nem sempre as de melhor critério, que em regra eximem os ex-leitores de todo o compromisso com a cultura literária) parece absorver o desejo de perdição que se traduz de vez no abandono do Livro e da leitura. É nestes casos que seria de exigir competência e lucidez pedagógica ao nosso sistema educativo em geral, e ao ensino em especial. O que vemos? Que não há maneira de acertarmos no cardápio das obras de leitura obrigatória, nem quanto à natureza intrínseca, nem em termos de frequência ledora. A infantilização do jovem aluno, face à obrigação de ler, traz de volta a ideia de facilidade e de triunfo na vida através de alternativas sonhadoras e novas mitologias do herói cujos traços se baseiam na dispensabilidade do saber, da cultura, da linguagem e da leitura. Continuamos à nora, em busca de experiência e experimentações pedagógicas que sejam compatíveis com a democracia escolar e atinentes à formação integral do aluno. A literatura parece um espaço de exclusão dentro de algumas escolas. Quem acredita no presente e no futuro dos livros? Uma minoria olhada de viés, gente que escapa ao conhecimento científico, como a Matemática e a Química, a quem essas linguagens aborrecem. O mesmo não se dirá sempre, nem de todos os alunos dados à Ciência, os quais, tendo embora a literatura como uma preciosa inutilidade, chegam a amar os livros e a ler mais do que aqueles que frequentam os estudos humanísticos. O nível a que desceu a linguagem da nossa juventude não encontra paralelo senão no analfabetismo funcional.

Preocupam-me os âmbitos mais vastos e certamente mais decisivos. A retórica da Lusofonia, por exemplo, sugere-me um aspecto importante de uma política exterior para o Livro. Por erros e equívocos que muito se lamentam, desde os complexos do colonizador e do colonizado até aos problemas de relação entre povos falantes da mesma língua, seria oportuno dar um rumo a um universo comum: porque não há-de um livro nosso tornar-se um livro sul-americano e africano, e vice-versa, com circulação simultânea no Brasil, Angola, Moçambique e demais países de língua portuguesa? Malgrado a tão propalada irmandade luso-brasileira, feita pelo Estado Novo, e a teorização de Gilberto Freire sobre o Luso-Tropicalismo, não passamos, hoje, de uns estranhos cordiais e de uns desconhecidos. Vamos sê-lo também (ou já o somos) na nossa relação com os países africanos de expressão portuguesa. Esta minha não é nenhuma visão catastrofista da História. O que há em mim não é uma convicção nem uma certeza dos factos e dos conceitos da gravidade invocada – mas algo como uma dor, uma espécie de luto, como este que desde sempre existiu entre nós e os nossos vizinhos espanhóis, de aqui ao lado.

Em Portugal, lidamos com factos novos, a nível editorial e de estrutura interna. Chegaram os grandes grupos editoriais, que despersonalizaram marcas e projectos e aglutinaram, numa amálgama sem suporte, editoras orientadas para as vendas do “produto”, para a conquista de posição nas livrarias, para o *best-seller* à força. Eis aí os novos monopólios. Não se vende nem se lê mais do que antes; nem os livros são mais acessíveis. As livrarias convertem-se em rochedos de lixo literário, que faz crer que o melhor escritor não é o que escreve melhor, e sim quem vende mais.

Por último, uma breve reflexão sobre a mudança do cânone literário e do conceito da literatura entre nós e um pouco por toda a parte. Tenho lido belíssimos livros de jovens escritores, e estou encantado com a certeza de que a nossa escrita literária irá deste presente ao encontro de um futuro singular. Pela primeira vez na nossa história literária (marcada por lutas e polémicas entre gerações), vemos coexistirem três gerações de escritores que não se guerreiam entre si. Pelo contrário, têm consciência da sua complementaridade. Preocupam-me, sim, os falsos escritores,

que escrevem livros falsos e com eles produzem falsos leitores. Assistimos, hoje em dia, à tentação diabólica do romance. Andam por aí uns pobres diabos que se julgam romancistas, e não passam de socialites ocas e de mixordeiros do género e da espécie. Quanto a mim, se acaso me assiste uma dúvida ou um desalento acerca dos caminhos que venho trilhando, não faço mais do que parar e voltar-me para trás. Vejo os livros e os escritores que se perfilaram no passado. Acredito neles e em mim, e sigo sozinho no meu caminho.

João de Melo

(Lisboa, 17 de Novembro de 2016 – lido publicamente em Almada, a 24. 11. 2016).